

Revista GepeVida 2018

Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

MEMÓRIAS, SABERES E TERRITORIALIDADES: VIVÊNCIAS EM ESPAÇOS DE VIDA

Cilene de Oliveira Ortiz ¹
Caroline Teixeira Azambuja ²
Carmo Thum ³

RESUMO

O presente artigo parte da narrativa dos autores que, vivenciando espaços de vida de contextos de povos e comunidades tradicionais, buscam compreender aspectos da vida em comum a partir do diálogo estabelecido com os sujeitos dos espaços de dois contextos: quilombola e pomerano. Buscam por meio de suas análises estabelecer aspectos da vida social e dos modos de agir das comunidades tradicionais presentes nos territórios e entornos. Percorrem as temáticas das territorialidades, da Educação ambiental e dos processos narrativos. Utilizam-se dos conceitos de memória e territorialidade como chaves de leitura para essa realidade.

Palavras-chaves: Povos e Comunidades Tradicionais; Territorialidade; Memória.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa apresentada neste trabalho busca compreender aspectos da vida social e os modos de agir de comunidades tradicionais. Sendo a mesma realizada no município de São Lourenço do Sul e entornos onde se fazem presentes diversos segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais. Esta pesquisa direciona-se para o universo de grupos de povos e comunidades tradicionais, no caso desse trabalho, ao contexto de comunidades quilombolas e comunidades pomeranas.

Segundo Thum, entende-se que:

Povos e comunidades tradicionais são grupos que possuem suas próprias formas de organização, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para a reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e

¹ Mestre em Educação Ambiental – PPGEA - FURG. Universidade Federal do Rio Grande - FURG. E-mail: ci.ortiz@hotmail.com.

² Acadêmica de Pedagogia. FURG. Núcleo Educamemória. E-mail: caroline.teixeira.azambuja@gmail.com.

³ Pós-doc em Educação/PPGE-UFES. Núcleo Educamemória-FURG. Email: carthum2004@yahoo.com.br.

Revista GepeVida 2018

Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

transmitidas pela tradição. (Dec.6040/2007; THUM, 2017)

Ambos os contextos, quilombola e pomerano, a partir da literatura pode ser compreendido segundo a ótica de Arruti (1997) e Carril (2006), que ponderam que para essas comunidades se faz necessário uma compreensão alargada, capaz de incorporar o sentimento de pertencimento e de identidade étnica na sua compreensão. E para além disso, um olhar ao presente que, produto do passado, se expressa e se configura ao modo de contextos contemporâneos que estruturam a realidade atual.

Compreender também que há uma grande gama de saberes que constituem o espaço, assim como, o sentimento de pertencimento ao lugar e as relações de parentesco, que no seu conjunto constituem uma complexidade nas relações sociais. Processos políticos de identidade contribuem para o empoderamento e à organização espacial e de luta por direitos destas comunidades. No cenário atual, esses espaços estão em pleno ato de luta pelos direitos conquistados a partir da Constituição de 1988, e das prerrogativas internacionais presentes na Organização Internacional do Trabalho (OIT 69) e na Convenção da Diversidade Biológica (CDB), do qual o Brasil é signatário.

Os contextos das culturas tradicionais em foco nesse trabalho são baseados em experiências vividas pelos autores do texto em debate, partindo de um envolvimento temático no percurso formativo de graduação em Pedagogia, por meio estudos temáticos, vivenciaram processos de reconhecimento e compreensão dessas realidades. Desse modo, o processo metodológico do trabalho tem sua base de dados produzidos por observações *in locus*, visto que os autores, em diferentes momentos e contextos, buscaram compreender a realidade e a forma de vida presente nas comunidades tradicionais.

Ao abordar a temática sobre povos e comunidades tradicionais se faz necessário passar previamente por alguns conceitos, em primeiro lugar a definição mesma de Povos e Comunidades Tradicionais. Posteriormente, a de território e de territorialidades.

O conceito de território vem atrelado à tradição do pensamento geográfico, referenciando-se desta forma a ideia de lugar, espaço ou local onde se realizará múltiplas relações entre os agentes sociais e econômicos. Sob uma perspectiva de Estado-Nação, os territórios são limitados apenas pelas suas fronteiras físicas com outros países, sendo

Revista GepeVida 2018

Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

geridos por um poder político estatal, que garantia a legitimidade ao território sob seu domínio.

Em um tempo de globalização, de lógicas de domínio multinacionais/transnacionais, o conceito de território apresenta uma potência de compreensão de uma realidade ampla, diversa e de maior complexidade, do que a noção de espaço social, tão somente. Compreender o universo dos povos e comunidades tradicionais a partir da noção de território, permite-nos abordar infinitas questões pertinentes acerca do modo de vida, dos usos do espaço, das formas de simbolização e de auto representação e também das de tentativa de controle físico ou simbólico, de parte do Estado, sobre esses espaços. A referência de 'território' rompe com as perspectivas reducionistas da ciência clássica ou de uma categorização geográfica que engessa os modos de ser. Partimos de uma base epistemológica que se auto-referência na experiência da vida, na memória e na oralidade, o que nos permite acessar os processos de uso e das relações simbólicas se estabelecem com e no espaço.

No mundo contemporâneo, as realidades múltiplas se expressam e se conformam, muitas vezes, incorporando processos amplos, o que de alguma forma implica em encontrar em diferentes cenários em contextos semelhantes. Segundo Brandão (2015, p.50), “o fato de uma comunidade quilombola possuir formas peculiares de modo de vida e de cultura não exclui o fato de que são sistemas híbridos de culturas tão apropriados quanto próprios”. Mesmo assim, é preciso ter presente que os cenários de Povos e Comunidades Tradicionais apresentam semelhança justamente por que os elementos que as caracterizam têm uma mesma base: a terra, o uso da terra, produção para autoconsumo, os modos simbólicos de compreender. Os saberes de tradição, transmitidos pela oralidade as novas gerações. Fazendo-se presente também, os processos de silenciamento, sejam eles de ordem cultural, religiosa e/ou político.

Portanto, “o território passa de uma conotação essencialmente material; palpável, onde representava a conjunção do solo e de seu povo” (RATZEL, 1988 apud MARIANI; ARRUDA, 2010) para a conotação imaterial, intangível, em um tempo presente, de relações globalizada. Espaço onde as relações de poder também estão presentes, que

Revista GepeVida 2018

Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

vivencia processos cíclicos, alguns de longo prazo e outros de duração efêmera. Esse processo constitui uma noção de território, narrada a partir da memória, produto da experiência de vida dos sujeitos do grupo.

A partir do conceito de território, podemos conceituar as territorialidades, que “podem ser definidas como a síntese das relações sociais que dão corpo e conferem função ao território [...] são a ‘razão de ser’ dos territórios, conferindo-lhes existência, seja material ou imaterial.” (MARIANI; ARRUDA, 2010). As mesmas são produtos de uma coletividade, ligadas a como os sujeitos utilizam a terra, como se organizam e como dão significado ao lugar.

Segundo Haersbart (2007), as territorialidades podem se expressar de três formas, contudo as *territorialidades como espaço vivido* são as que representam as comunidades tradicionais. Espaços onde as categorias de materialidade e imaterialidade (o real, o simbólico e seus significados) se mesclam, e conformam uma territorialidade. Portanto, territórios onde o mundo simbólico é indissociável das práticas cotidianas, coexistindo em estratégias de controle territorial.

2. METODOLOGIA

O processo de produção dos dados se deu por meio de processos de observação caderno de campo onde foram registradas as narrativas dos sujeitos dos territórios. O foco da observação está situado na busca de compreender a dinâmica da vida na sua relação com o ambiente e a cultura. Metodologicamente, a partir dos instrumentos de coleta, buscamos registrar os saberes vivenciados em tempos diferentes, em espaços de vida de dois segmentos de povos e comunidades tradicionais.

Para a análise, os autores do texto, categorizaram as narrativas e definiram eixos temáticos de: vivências em espaços de populações tradicionais, cultura e ambiente e territorialidade, saberes narrados e memórias publicizadas. Por se tratar de um trabalho teórico - empírico, a pesquisa tem suporte conceitualmente na literatura da área de Educação, Educação ambiental e Antropologia. A análise foi modelada a partir da (re)construção de memórias com base nas anotações dos autores sobre o espaço e as

Revista GepeVida 2018

Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

relações reconhecendo os sujeitos locais como detentores de conhecimentos tradicionais.

O elo entre o tempo e a história se faz pela memória. Essa se constituiu como a principal fonte. Concebemos as fontes orais e as observações narradas como documentos, como subsídio temático para a análise dessa pesquisa. (SANTOS, 1994).

O maior desafio em trabalhar com história oral é o de sistematizar essas informações não as transformando em críticas puras do que se passou, mas favorecer para que se mantenha sempre viva essas recordações, propiciando e provocando o diálogo entre presente e passado (NEVES, 2006). Assim sendo, se faz necessário compreender essas narrativas como uma expressão contemporânea do modo de vida de vida dos grupos com os quais interagimos.

Para a constituição da análise, o método qualitativo-interpretativo é o que mais se enquadra nesta pesquisa, pois partindo da observação em espaços de comunidade tradicionais, quilombolas e pomeranas, buscamos uma compreensão alargada das relações sociobiodiversas presentes nesses espaços.

Por se tratar de um estudo com ênfase em um fenômeno material social, se caracteriza por ser uma pesquisa de caráter qualitativo, conforme anunciado por Minayo (2010) que entende a pesquisa qualitativa como, “um nível de realidade que não pode ou não deveria ser qualificado [...] ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Inserida nessa perspectiva, o estudo se pautou na utilização de instrumentos de coleta supracitados que consideramos adequados para a coleta de dados e de uma perspectiva de análise capaz de dar conta da complexidade dos contextos na qual essas ações foram realizadas.

O processo metodológico exercitou além da observação, diálogos reflexivos com membros das comunidades. A esses diálogos denominamos narrativas. Essas narrativas são objetos de análise reflexiva. Especialmente fazemos uso dessa estratégia de análise no tempos-momentos em que entrelaçamos os temas da memória, da cultura e da territorialidade. Essa estratégia de análise potencializa a problematização temática.

Nos tempos-espacos de observação, os autores a estabeleceram diálogos reflexivos com diferentes sujeitos, membros do território. Entre os sujeitos, destacamos a fala de uma

Revista GepeVida 2018

Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

das anciãs da comunidade. A mesma, em sua narrativa relatou diversas histórias e aprendizados construídos ao longo dos anos. Em seu relato, os processos de negação de direitos estão presentes, como por exemplo, o caso que envolve a questão dos cemitérios.

A existência de 'cemitérios para negros' revela formas diferentes de organização social presentes nos espaços, e em especial, a não assistência por parte do Estado Brasileiro, no que tange às políticas públicas. Essa questão, quando observada a partir dos direitos humanos e de cidadania vemos que até mesmo no caso do direito os '7 palmos de terra' para descansar o corpo, é um papel que o Estado se exime. No caso dos pomeranos, também não há uma ação de política pública para a morte. Os cemitérios são organizados-gestados por processos internos dos membros da comunidade religiosa.

O processo de negação de direitos de cidadania, por parte do Estado, que ao não prover esses grupos de políticas públicas, gerou formas diferenciadas de criar espaços memoriais para os mortos. Ao longo da história não foram implementadas políticas para a gestão e guarda dos mortos nos dois casos. E, na condição de não acesso a terra, premente no contexto quilombola, ter espaço para guardar seus mortos sempre foi uma problemática social. Quando muito o Estado utilizou-se de alguns espaços doados ou historicamente utilizado como campo santo para enterrar os mortos tratados como 'indigentes', espaços aos quais denominam cemitérios públicos.

Nos processos de andarilhagem dos autores do texto, pelos diferentes contextos de povos e comunidades tradicionais, anotamos também aspectos da paisagem camponesa. Em uma das vivências, passamos por diversos espaços onde visualizamos matas nativas, matas plantadas, estradas de chão... Vivenciamos realidades contextuais de um Brasil camponês, que a literatura insiste em dizer que não existe mais. No entanto ela existe e é constitutiva do cotidiano de um grande grupo populacional. Nesses espaços encontramos pessoas que carregam consigo muitas alegrias, muitas lutas e principalmente histórias de vida.

Sempre fomos recebidos com muita alegria, acolhimento, sentimo-nos como se estivéssemos na casa de parentes. Havia sempre uma espécie roda, seja para tomar café, seja para dialogar. Tempos-momentos que era regado de narrativas, seja no contexto

Revista GepeVida 2018

Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

quilombola, seja no contexto pomerano. Após o café, impreterivelmente, ocorria uma caminhada pelo pátio, pelo entorno da casa... e mais narrativas afloravam. Nesses espaços encontramos vida em harmonia com a natureza, sociobiodiversidades aplicadas à vida em comum.

Nesses dias de Observação de Campo, os dias eram intensos, regados de histórias contadas em diferentes espaços da comunidade, narrativas de lutas por um espaço na sociedade. Na narrativa das meninas aparece a questão do transporte escolar. Relatam que andavam quilômetros a pé para conseguir chegar à escola mais próxima, que saíam algumas horas antes de casa para conseguir chegar na hora certa; outras falavam do tempo em que ficam 'chacoalhando' no transporte escolar para ir a escola agora 'é longe de casa' devido ao fechamento das escolas multiseriadas e da precariedade do transporte escolar, em ambos os espaços. Também nesse caso, os direitos fundamentais são vilipendiados.

Os elementos trabalhados nas discussões acima nos dão pistas para problematizarmos temas que tem relação com as idéias de conhecimento, cultura e memória.

3. POR UMA NOVA FORMA DE COMPREENSÃO

A ciência moderna e seus instrumentos interpretativos tem dificuldade de alcançar as relações complexas desses espaços, possivelmente por causa da ruptura histórica entre saber e conhecimento científico, que tornou os saberes de tradição irrelevantes para as tomadas de decisão na perspectiva desenvolvimento especialmente, da lógica desenvolvimentista do capital. No entendimento de Víctor Toledo e Narciso Barrera-Bassols (2015), a modernidade e a ciência, 'Para legitimar novos mecanismos de coesão social no mundo rural/camponês' (p.13) criou a 'miragem' de que é a ciência o instrumento que possui potencial de orientação do futuro e não as memórias e as narrativas de tradição. Contudo, quando visualizado a condição contemporânea de conservação da biodiversidade, vemos que é justamente os grupos culturais que se utilizam da oralidade-memória-narrativa que as práticas de conservação têm potencial de garantia das novas gerações.

Nos espaços donde provém nossa narrativa, consideramos que os sujeitos exercitam

Revista GepeVida 2018

Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

nos seus cotidianos, as escolhas das formas necessárias com base em uma ética do cuidado, muito próximo daquilo que preconiza Hannah Arendt (2004): 'entre a ciência e o conhecimento está a política'. Essa, a dimensão política, é necessariamente colocada em cena na hora da decisão do quê e como fazer, pois, é fundamental uma avaliação política da validade do uso de um conhecimento ou dos recursos naturais.

Nos tempos atuais nos parece haver uma incapacidade de recordar ou até mesmo um desprezo pela narrativa como fonte de conhecimento. Isso gera um vácuo de saber e uma ausência da ética do bem viver. Quando ficamos só com os instrumentos técnicos para agir, ficamos desprovidos de capacidade de análise política dos seus usos e conseqüências dos mesmos sobre nossa condição humana. Possivelmente, isso se faz diferente nos espaços de povos e comunidades tradicionais porque as memórias e as narrativas são instrumentos que tem por base uma ética diferente das do agronegócio e do capitalismo especulativo.

A humanidade é constituída por um complexo mosaico multicultural, onde múltiplas formas de culturas e saberes estão interligadas. Não entanto, não há uma única fórmula para o desenvolvimento em nível global, pois em cada lugar os povos e as culturas se constituem e são perpetuadas de maneira diferente, não sendo coerente, a existência de apenas um único modelo de desenvolvimento.

O sentido que a sociedade dá as suas relações com o espaço e a natureza, faz com que surja a paisagem concreta, sendo a mesma o contexto visual da existência cotidiana. Mostrando assim, segundo Augustin Berque (1998) que:

A paisagem é uma *marca*, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz, porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem de seu ecúmeno. (CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z, 1998).

A territorialidade atravessa diretamente a paisagem, porque a territorialidade é a razão de ser de um território, é o que confere existência ao mesmo, seja material ou

Revista GepeVida 2018

Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

imaterial. E a paisagem é o concreto das relações existentes entre a sociedade, o espaço e a natureza.

Entretanto, a produção epistemológica de modo geral, salvo raras exceções, concebe a realidade por apenas um modelo, um único modo de visão, ignorando a multiplicidade cultural e agindo como se todo o mundo fosse povoado apenas por uma cultura e um povo, um só modo de ser, buscando homogeneizar as singularidades.

Como enfatiza Juliana Santilli (2004):

Os processos, práticas e atividades tradicionais dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais que geram a produção de conhecimento e inovações relacionados a espécies e ecossistemas dependem de um modo de vida estreitamente relacionado com a floresta. A continuidade da produção desses conhecimentos depende de condições que assegurem a sobrevivência física e cultural dos povos tradicionais (p.344).

Ademais, o saber vivenciado pelos povos tradicionais, como os quilombolas e pomeranos, não se aplica ao caráter utilitarista do conhecimento moderno. Suas práticas produtivas tem por base a produção para autoconsumo e sempre se dão também envolvidas a um processo de simbolismo atribuído a cada uma das práticas.

No entanto, é preciso que tenhamos um modo de olhar diferenciado e atento compreender os modos de vida e os saberes dos povos tradicionais. Em vista disso, é necessário problematizar o estatuto científico da ciência moderna. Problematização que aponta para uma nova vertente epistemológica que seja capaz de compreender que Cultura e Ambiente são indissociáveis.

Fritjof Capra (1996) nos diz que:

Quanto mais estudamos os principais problemas de nossa época, mais somos levados a perceber que eles não podem ser entendidos isoladamente. São problemas sistêmicos, o que significa que estão interligados e são interdependentes. Por exemplo, somente será possível estabilizar a população mundial quando a pobreza for reduzida em âmbito mundial [...] esses problemas precisam ser vistos, exatamente, como diferentes facetas de uma única crise, que é em grande medida uma crise de percepção. Ela deriva do fato que a maioria de nós, e em especial nossas grandes instituições sociais, concordam com os conceitos de uma

Revista GepeVida 2018

Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

visão de mundo obsoleta, uma percepção da realidade inadequada[...] (p.23).

O espaço da vida nas comunidades tradicionais é cultural e ambiental. E a forma de relação social instaurada no espaço é uma forma de Educação Ambiental (EA). É nas práticas cotidianas do território que se faz presente a ação educativa. Para compreender essa noção, precisamos exercitar uma relação epistêmico-metodológica capaz de compreender a relação dos sujeitos com o espaço e suas cosmologias associadas. Portanto, se faz necessário reconhecer a realidade histórica dos lugares assim como os modos de vida dos sujeitos que ali está. Compreender seus processos culturais, seus modos de socialização e as relações de trabalho que permeiam suas práticas diárias. Compreender as múltiplas identidades dos sujeitos, os diferentes saberes e fazeres construídos pela experiência. Portanto, compreender o mundo da vida dos sujeitos a partir de suas histórias de vida é compreender que ambiente e cultura são indissociáveis.

Para essa virada epistemológica acontecer, como evidencia Morin (2002), é necessária uma mudança na conduta social, ou seja, é preciso “educar para a compreensão humana” (MORIN, 2002, p.93). De acordo com Albagli (2005), essas populações possuem um papel de “guardiões do patrimônio biogenético do planeta”, os saberes tradicionais são compreendidos por diversos autores como sendo “o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitido oralmente, de geração em geração” (DIEGUES; ARRUDA, 2001, p. 31) e estão indelevelmente associados ao patrimônio genético.

Ademais, as comunidades que legitimam a sua cultura e conseqüentemente preservam os seus costumes como algo de muito valor para seu povo, conseguem usar os seus saberes a favor de todos. Saberes esses atribuídos a seus hábitos diários e costumes da comunidade tradicional, sejam elas Quilombolas ou Pomeranas, são saberes de conservação pelo uso. A compreensão dessa complexidade, precisa se referenciar em conceitos capazes de interpretar realidades não padronizáveis. Leff (2001) nos diz que,

Revista GepeVida 2018

Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

O saber ambiental excede as “ciências ambientais”, constituídas como um conjunto de especializações surgidas da incorporação dos enfoques ecológicos às disciplinas tradicionais – antropologia ecológica, ecologia urbana, saúde, psicologia, economia e engenharia ambientais – e se estende além do campo de articulação das ciências, para abrir-se ao terreno dos valores éticos, dos conhecimentos práticos e dos saberes tradicionais. (p. 145)

Nos diferentes espaços, sejam eles coletivos ou familiares, a vida, o ambiente, a cultura, são inseparáveis. Nesse sentido, o viver se faz interdisciplinar. O existir é uma complexidade. A produção de conhecimento se estabelece nessas relações que são sistematizadas pelos sujeitos da cultura ao longo dos tempos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os elementos presentes nesse relato analítico afluíram o tema da negação de direitos que recorrentemente estão presentes nos contextos das comunidades tradicionais e nos induziram a uma análise temática de como se dão os processos de vida e a relação dos sujeitos com a cultura e o ambiente. Considerando a experiência vivenciada, as aprendizagens metodológicas que exercitamos ao registrar o modo de vida, as estratégias de coleta de dados a partir de observações e os procedimentos de análise que exercitamos. Esse exercício reflexivo nos permitiu compreender, que ao longo da história, os modos de vida e culturas de Povos e Comunidades Tradicionais são negligenciadas pelo Estado, enquanto direitos sociais e enquanto forma de saber.

Compreendemos também que as relações sujeito – ambiente são indissociáveis da cultura e permeiam todos os espaços. Assim, podemos observar que tanto nas relações em comunidade, como nas relações dos sujeitos com o ambiente que vivem o ambiental se faz presente como uma forma de ação educativa da cultura. Os ensinamentos realizados no intragrupo são modos de transmissão de conhecimentos pela oralidade. Dessa maneira os modos de agir são perpetuados ao longo das gerações. A oralidade é elemento presente na vida dos segmentos. A memória se presentifica por meio das narrativas, nas conversas do dia a dia. Quando reflexionada essas memórias, exercitamos as Rodas de Diálogos.

Revista GepeVida 2018

Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

A humanidade é constituída por um complexo mosaico multicultural, onde múltiplas formas de culturas e saberes estão interligadas, em especial, os territórios de Povos e Comunidades Tradicionais são espaços de vivência dessas singularidades.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah, **A condição humana**. 10. ed., Forense Universitária, Rio de Janeiro. 2004.

ALBAGLI, S. **Interesse Global no Saber Local: a geopolítica da biodiversidade**. In: MOREIRA, Eliane, et all, Seminário Saber Local/Interesse Global: propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimento tradicional na Amazônia, 2005, p. 17 a 27.

ARRUDA, Dyego de Oliveira; MARIANI, Milton Augusto Pasquotto. **Território, territorialidade e desenvolvimento local: um estudo de caso dos empreendimentos econômicos solidários de Corumbá/MS**. In: 48° SOBER, 48., 2010, Campo Grande -MS. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/15/301.pdf>. Acesso em: 18 agost. 2018.

ARRUTI, J. M. A. Emergência dos “remanescentes”: Notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. Artigo disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n2/2439.pdf>
Acesso em: 18 ago. 2018.

BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998, p. 84-91.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A comunidade tradicional**. In: UDRY, Consolacion. EIDT, Jane Simoni, editoras técnicas (Orgs.). **Conhecimento tradicional: conceitos e marco legal**– Brasília, DF: Embrapa, 2015.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARRIL. L. de F. B. **Quilombo, território e geografia**. São Paulo: Revista Agrária, n. 3, p. 156-171, 2006. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/92>.
Acesso em: 18 ago. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i3p156-171>

DIEGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, Rinaldo. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, ano IX, n. 17, p. 19-46, 2007. Disponível em:
www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/viewFile/213/205. Acesso em: 18

Revista GepeVida 2018

Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

ago. 2018.

LEFF, Enrique - **Saber Ambiental** - Cap. X - "A formação do saber ambiental" - Ed. Vozes.

MINAYO, M.C. DE S., **Pesquisa qualitativa: teoria, método e criatividade**; Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (org). 29.ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

MORIN, E. **O problema epistemológico da complexidade**. 3.ed. Mira-Sintra: Publicações, Europa-América, 2002.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SANTILLI, Juliana. Conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade: elementos para a construção de um regime jurídico sui generis de proteção. In: VARELLA, Marcelo Dias; PLATIAU, Ana Flávia Barros. **Diversidade biológica e conhecimentos tradicionais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

TOLEDO, Victor M. A Memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. / Victor M. Toledo, Narciso Barrera-Bassols. Tradução [de] Rosa L. Peralta. - 1ed. - São Paulo : Expressão Popular, 2015. 272 p.

THUM, Carmo. Povos e Comunidades tradicionais: aspectos históricos, conceituais e estratégias de visibilidade. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** E-ISSN 1517-1256, Edição especial XIX Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire, p. 162-179, junho, 2017.

Recebido em novembro de 2018.

Aceito em dezembro de 2018.